



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
COMANDO DE PREPARO

PORTARIA COMPREP Nº 2.388/SPOG-50, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2024.
Protocolo COMAER nº 67200.012889/2024-78

Aprova a edição da ICA 125-10 “Manutenção Operacional de Paraquedistas da Aeronáutica”.

O **COMANDANTE DE PREPARO**, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 13 do ROCA 20-13, “Regulamento do Comando de Preparo”, aprovado pela Portaria GABAER nº 492/GC3 de 21 de abril de 2023, publicado no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 75, de 26 de abril de 2023, resolve:

Art. 1º Aprovar a edição da ICA 125-10 “Manutenção Operacional de Paraquedistas da Aeronáutica” na forma de anexos I e II.

Art. 2º Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Ten Brig Ar PEDRO LUÍS FARCIC
Comandante de Preparo

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
COMANDO DE PREPARO



INFANTARIA DA AERONÁUTICA

ICA 125-10

**MANUTENÇÃO OPERACIONAL DE
PARAQUEDISTAS DA AERONÁUTICA**

2024

ANEXO I
MANUTENÇÃO OPERACIONAL DE PARAQUEDISTA DA AERONÁUTICA (ICA 125-10)

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Seção I
Finalidade

Art. 1º A presente Instrução tem por finalidade estabelecer os procedimentos a serem adotados com vistas a manutenção operacional dos paraquedistas militares da Aeronáutica.

Seção II
Âmbito

Art. 2º Esta instrução aplica-se a todas as Unidades subordinadas ao Comando da Aeronáutica.

Seção III
Responsabilidade

Art. 3º A atualização deste Manual é de responsabilidade da Subchefia de Preparo de Operações Terrestres (SPOT) do Comando de Preparo (COMPREP).

Seção IV
Conceituações

Art. 4º Os termos e expressões empregados nesta norma têm seu significado consagrado no vernáculo, no MD33-M-02 “Manual de Abreviaturas, Siglas, Símbolos e Convenções Cartográficas das Forças Armadas”, no MD35-G-01 “Glossário das Forças Armadas”, no MCA 10-3 “Manual de Abreviaturas, Siglas e Símbolos da Aeronáutica” e no MCA 10-4 “Glossário da Aeronáutica” e conforme os termos a seguir:

I - Salto Semiautomático: É todo salto realizado pelo militar, de uma aeronave (ANV) de asa fixa em voo, com altura variável de 1.000 a 1.200 pés de altura, em que seu paraquedas de salto possua ligação com a ANV;

II - Salto Semiautomático Operacional: É o salto semiautomático em que o PQDT deva saltar transportando mochila, armamento e/ou algum outro material necessário ao cumprimento de determinada missão (explosivos, rádios, kit médico, etc);

III - Salto de Emergência: É o salto semiautomático realizado durante a Instrução de Salto de Emergência (ISE) da Academia da Força Aérea (AFA) pelos cadetes em formação e pelos oficiais do Corpo de Cadetes da Aeronáutica (CCAER);

IV - Salto Livre Militar: É o salto realizado pelo militar, de uma ANV de asa fixa ou rotativa em voo, utilizando paraquedas retangular que permite realizar curvas e navegação de precisão para atingir um ponto específico no solo;

V - Salto Livre Operacional (SLOP): É a realização do salto livre militar com o transporte de equipamentos diversos (mochila, material bélico, equipamentos de comunicação e controle, kit de primeiros socorros, etc) para cumprir determinada missão operacional;

VI - Salto Livre a Grande Altitude: É a realização do salto livre operacional acima de 12.000 pés de altura. A realização do referido salto requer a utilização de equipamentos especiais para respiração (máscara e ampola de O₂), controle de hipotermia (roupas especiais de isolamento térmico) e navegação (GPS, aplicativo de navegação e sistema de comunicação); e

VII - Salto Tandem: É o salto livre militar no qual há o transporte de outro elemento. O objetivo do referido salto é a condução de um indivíduo específico (militar ou não) que seja essencial para o cumprimento de tarefas complementares que auxiliem a atingir determinados objetivos da missão (médico, especialistas em radares, sistemas antiaéreos, comunicação, tradutores etc.

Art. 5º As abreviaturas utilizadas neste Manual seguem as seguintes definições:

I - MSL: Mestre de Salto Livre; e

II - MSPrec: Mestre de Salto Precursor.

CAPÍTULO II DISPOSIÇÕES GERAIS

Seção I Atividade de Paraquedismo

Art. 6º A atividade de paraquedismo na Força Aérea Brasileira (FAB) se divide em: Salto Semiautomático e Salto Livre.

Art. 7º A atividade de paraquedismo militar na FAB possui as seguintes aplicações operacionais: adestramento para Salto de Emergência, adestramento/treinamento de salto semiautomático e de salto livre militar, realização de Demonstrações Operacionais (DEMOP) e Demonstrações da Equipe de Paraquedismo da FAB (DEMO) realizadas pela CDA, Desporto Militar e Infiltração da Tropa.

Art. 8º Além dessas aplicações operacionais a atividade de paraquedismo é empregada nos seguintes Cursos e Estágios de Formação: Paraquedista Militar, Saltador Livre Militar, Mestre de Salto Precursor, Mestre de Salto Livre, Instrutor de Salto Livre e Piloto Tandem da Aeronáutica ou das Forças Singulares.

Art. 9º O Estágio de Salto de Emergência não é considerado Curso de Formação Paraquedista.

Art. 10. Para realizar qualquer atividade de paraquedismo por meio de salto semiautomático, os saltadores devem possuir os seguintes requisitos:

I - Pertencer ao Quadro de Paraquedistas da Aeronáutica, publicado anualmente no Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA);

II - Estar com parecer médico na validade e apto sem qualquer restrição para o desempenho das atividades profissionais de aeronavegantes, na inspeção de saúde do COMAER; e

III - Estar habilitado para salto semiautomático por meio da conclusão com aproveitamento de curso ou treinamento específico.

Parágrafo único. Os Incisos I e III não se aplicam aos militares que estejam realizando

o Curso de Paraquedista Militar da Aeronáutica ou o Curso Básico Paraquedista do Exército Brasileiro (EB), e nem aos militares autorizados pelo COMPREP e pelo Comandante da Academia da Força Aérea (AFA) para a realização do Salto de Emergência.

Art. 11. Por curso entende-se o Curso de Paraquedista Militar da Aeronáutica ou Curso Básico Paraquedista do Exército Brasileiro (EB).

Art. 12. Por treinamento específico entende-se ter concluído com aproveitamento as instruções de salto de emergência da Academia da Força Aérea.

Art. 13. Para realizar qualquer atividade de paraquedismo por meio de salto livre, os saltadores devem possuir os seguintes requisitos:

I - Pertencer ao Quadro de Paraquedistas da Aeronáutica, publicado anualmente no Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA);

II - Estar com parecer médico na validade e apto sem qualquer restrição para o desempenho das atividades profissionais de aeronavegantes, na inspeção de saúde do COMAER;

III - Ter concluído com aproveitamento o Curso de Salto Livre Militar (CSLM) na FAB ou os respectivos cursos de salto livre militar das Forças Singulares (FS), ou ser aluno em formação dos referidos cursos; ou ter realizado treinamento na CDA para a realização do salto livre;

Art. 14. Para a realização de Salto Tandem na condição de piloto, os saltadores devem possuir os seguintes requisitos:

I - Cumprir todos os requisitos do artigo 13; e

II - Ter concluído com aproveitamento o Curso de Piloto Tandem na FAB ou os respectivos cursos de piloto tandem das FS ou Curso de Piloto Tandem da Equipe de Paraquedismo da FAB, ou ser aluno em formação dos referidos cursos.

Art. 15. Em todas as atividades de salto semiautomático ou livre, além de cumprir os requisitos dos artigos 13 e 14, o militar deverá:

I - Estar adaptado com as instruções técnicas, bem como procedimentos de salto e de emergências;

II - Receber instrução de readaptação técnica de procedimentos e emergências, caso não esteja adaptado para a atividade;

III - Estar relacionado em manifesto de salto; e

IV - Estar autorizado pelo Comandante de sua OM.

Seção IISeção VI

Quadro de Paraquedistas da Aeronáutica

Art. 16. O COMPREP publicará, anualmente, em BCA, o quadro de Paraquedistas da Aeronáutica.

Art. 17. Militares que estiverem adidos à Força não poderão constar no Quadro de Paraquedistas da Aeronáutica, exceto no caso de atletas que compõem a Equipe de Paraquedismo da FAB. Militares realizando curso de carreira em regime presencial como CAP, CCEM, CPEA não poderão realizar atividades aeroterrestres.

Art. 18. Devido à realização dos treinamentos de salto livre realizados pela equipe de paraquedismo da FAB, a CDA deverá publicar sua própria portaria de paraquedistas desportivos, de

militares internos e externos à OM, independentemente de o militar já ter sido incluído em Portaria do COMPREP, conforme legislação específica.

Art. 19. Devido à realização do Salto de Emergência, a AFA deverá publicar, em coordenação com o COMPREP, sua própria portaria de militares da AFA que irão realizar a instrução de salto de emergência, independentemente de o militar já ter sido incluído em Portaria do COMPREP, conforme legislação específica.

Art. 20. Essa publicação deverá ser realizada até o dia 31 de dezembro e terá validade para os saltos que irão ocorrer no ano subsequente.

Art. 21. O COMPREP poderá publicar uma nova Portaria atualizando o Quadro de Paraquedistas da Aeronáutica, sempre que julgar pertinente.

Art. 22. As Organizações Militares (OM) e as Unidades de Infantaria (UInf) que possuem paraquedistas em seus efetivos e são de parecer favorável para que esses militares realizem saltos de paraquedas no ano subsequente, devem enviar o quadro de paraquedistas de sua Unidade (Apêndice I) para a Subchefia de Preparo de Operações Terrestres (SPOT), por meio de sua respectiva cadeia de comando. O quadro de paraquedistas deve ser enviado até o dia 30 de novembro de cada ano, e deve conter as seguintes informações:

I - Posto ou Graduação e especialidade;

II - Nome completo;

III - Cópia do item de boletim que publicou a conclusão de curso que habilita o militar a realizar atividade aeroterrestre;

IV - Cópia da última ata de saúde do militar válida com o parecer apto e sem qualquer restrição para o desempenho das atividades profissionais de aeronavegantes, na inspeção de saúde do COMAER;

V - Cópia do item de boletim que publicou o último salto em aeronave militar;

VI - Tipos de salto que o militar é voluntário para realizar: semiautomático ou livre;

VII - Se o militar possui o Curso de Mestre de Salto Precursor (CMSPREC) ou o Curso de Mestre de Salto (CMS) do EB;

VIII - Relação dos cursos operacionais do militar; e

IX - Resultado do último Teste de Avaliação do Condicionamento Físico (TACF).

Parágrafo único. Este artigo não se aplica para os militares que compõem a Equipe de Paraquedismo da FAB e aos militares da AFA que irão participar da instrução de salto de emergência daquela Academia no ano subsequente.

Art. 23. A SPOT será responsável por receber anualmente o quadro de paraquedistas das Organizações Militares da FAB e confeccionará a portaria de Quadro de Paraquedistas da Aeronáutica.

Art. 24. A SPOT definirá os militares que comporão a portaria citada no artigo anterior com base nos seguintes critérios:

I - o militar deve estar, no mínimo, no bom comportamento;

II - não estar sub Júdice;

III - ter atingido, no mínimo a menção MB no último TACF realizado, conforme os critérios da CDA;

IV - a faixa da Lista de Mérito Relativo (LMR) em que o militar se encontra, sendo ele Oficial ou Graduado;

V - o militar, sendo ele Oficial de Infantaria ou Graduado SGS, formado a partir de 2019, deve ter concluído com aproveitamento o curso de sua progressão operacional (CCFA, CADS, CODAAE).

Parágrafo único. Somente poderão realizar atividade aeroterrestre os militares que constarem publicados em BCA no Quadro de Paraquedistas da Aeronáutica, com as seguintes exceções: militares do efetivo do EAS; militares que compõem a Equipe de Paraquedismo da FAB; e militares da AFA que irão participar da instrução de salto de emergência daquela Academia no ano subsequente.

Seção III

Realização das Missões de Lançamento de Paraquedistas

Art. 25. As missões de lançamento de paraquedistas para salto semiautomático e salto livre militar deverão ser planejadas e conduzidas por OM especializada nesse tipo de atividade, com a utilização de Mestre de Salto habilitado e adaptado para a atividade.

Art. 26. Na FAB essas missões serão realizadas pelo Esquadrão Aeroterrestre de Salvamento (EAS) e pela Equipe de Paraquedismo da FAB. Durante a Instrução de Salto de Emergência, poderão ser utilizados os Mestres de Salto da AFA, desde que estejam adaptados à realização das atividades inerentes ao lançamento de paraquedistas.

Art. 27. No EB as seguintes OM's realizam lançamento de paraquedistas: Brigada de Infantaria Paraquedista, Comando de Operações Especiais e 3ª Companhia de Forças Especiais.

Art. 28. Na Marinha do Brasil (MB) as seguintes OM's realizam lançamento de paraquedistas: Batalhão de Operações Especiais de Fuzileiros Navais (BtlOpEspFuzNav) e o Grupamento de Mergulhadores Especiais de Combate (GruMEC).

Art. 29. Os comandantes das OM poderão solicitar ao EB e à MB, a participação de seus militares nas atividades de salto de Paraquedas daquelas Forças, nas unidades listadas nos artigos 27 e 28. A solicitação deve ser feita via cadeia de comando, para coordenações entre o Comando Aéreo Regional, na qual a OM se encontra e o respectivo Comando Militar ou Distrito Naval.

Art. 30. É de responsabilidade do Comandante, Chefe ou Diretor da OM do paraquedista que realizará qualquer tipo de salto verificar se o militar está adaptado para o respectivo salto. Caso o militar esteja desadaptado para a atividade é de responsabilidade do Comandante, Chefe ou Diretor da OM do paraquedista providenciar a readaptação deste militar antes da realização do salto.

Art. 31. A SPOT deverá envidar esforços e realizar as coordenações necessárias para realizar duas missões de lançamento de paraquedistas a cada ano, como forma de manutenção operacional. Para essas missões poderão ser utilizadas as estruturas do EAS e da Academia da Força Aérea (AFA), de acordo com as disponibilidades de: hora de voo, vaga nas aeronaves, quantidade de paraquedas e demais meios logísticos necessários.

Art. 32. Os militares publicados pelo COMPREP no quadro de paraquedistas militares da Aeronáutica poderão realizar seus saltos na AFA, somente sob coordenação da SPOT e mediante a disponibilidade daquela Academia.

Parágrafo único. A SPOT é a responsável por fazer as coordenações necessárias para permitir o aproveitamento da instrução de salto de emergência para o adestramento de paraquedistas que não estão envolvidos diretamente na instrução. O salto de emergência da AFA é de responsabilidade daquela Academia e o uso desta instrução para o cumprimento do plano de provas depende da autorização do Comandante da AFA.

Art. 33. A SPOT coordenará a participação dos militares constantes no Quadro de Paraquedistas da Aeronáutica nas atividades aeroterrestres realizadas pelo EAS, conforme disponibilidade daquele Esquadrão.

Seção IV

Prioridades para a Realização de Salto de Paraquedas

Art. 34. Para os lançamentos de paraquedistas realizados dentro de um exercício operacional a priorização dos saltadores ficara à disposição do diretor do exercício, respeitando os participantes discriminados na FIEX.

Art. 35. No caso de adestramento de lançamento de paraquedistas ou em caso de sobra de vagas em lançamentos realizados dentro de um exercício operacional, o militar responsável pelo planejamento da missão de lançamento de paraquedistas, durante a confecção do manifesto de salto, deve atentar para a seguinte priorização nas vagas disponíveis para salto:

I - Militar do efetivo do EAS que tenha cumprido a sua progressão operacional e militares integrantes da Equipe de Paraquedismo da FAB;

II - Militares dos efetivos do EAS e da Equipe de Paraquedismo da FAB;

III - Militares que já tenham feito parte dos efetivos do EAS e da Equipe de Paraquedismo da FAB;

IV - Militares que participam como instrutores e monitores da ISE; e

V - Militares que estão a mais tempo sem realizar salto de paraquedas.

Seção V

Readaptação para a Atividade de Paraquedismo

Art. 36. Caso o paraquedista não realize a quantidade mínima de saltos em um determinado período ele passa a ser considerado desadaptado para a atividade e só poderá realizar um novo salto de paraquedas após ser submetido ao processo de readaptação para a atividade.

Art. 37. Para a realização do salto semiautomático o período máximo que o militar pode ficar sem realizar pelo menos um salto para que permaneça adaptado para atividade são os seguintes:

I - Salto semiautomático diurno: 180 dias;

II - Salto semiautomático noturno: 180 dias;

III - Salto semiautomático operacional diurno: 365 dias; e

IV - Salto semiautomático operacional noturno: 365 dias.

Art. 38. Para a realização do salto livre militar o período máximo que o militar pode ficar sem realizar pelo menos um salto para que permaneça adaptado para atividade são os seguintes:

- I - Salto Livre militar realizado por aluno em formação: 30 dias;
- II - Salto livre militar realizado por militar Cat A em salto livre: 90 dias;
- III - Salto livre militar realizado por militar Cat B em salto livre: 120 dias; e
- IV - Salto livre militar realizado por militar Cat c e D em salto livre: 180 dias.

Art. 39. Para a realização do SLOP o militar poderá ficar sem realizar pelo menos um salto por um período máximo de 180 dias para que permaneça adaptado para a atividade.

Art. 40. Para a realização do Salto Livre a Grande Altitude o militar poderá ficar sem realizar pelo menos um salto por um período máximo de 360 dias para que permaneça adaptado para a atividade.

Art. 41. Para a realização do Salto Tandem o militar poderá ficar sem realizar pelo menos um salto por um período máximo de 90 dias para que permaneça adaptado para a atividade.

Art. 42. A readaptação técnica de salto semiautomático é composta de três etapas. A primeira etapa é teórica com abordagem dos fundamentos, equipamentos e procedimentos normais e de emergência. A segunda etapa é prática, composta de treinamentos a bordo da aeronave (falso avião), procedimentos de aterragem (aterragem da plataforma) e de procedimentos normais e de emergência. A terceira etapa também é prática e consiste do salto semiautomático propriamente dito.

Art. 43. A readaptação técnica de salto livre é composta de duas etapas. A primeira etapa é teórica com abordagem dos fundamentos, equipamentos e procedimentos normais e de emergência. A segunda etapa é prática, composta do salto livre propriamente dito.

Art. 44. A readaptação para o salto semiautomático deverá ser conduzida por, no mínimo, um Mestre de Salto Precursor (MSPrec) ou Mestre de Salto.

Art. 45. A readaptação para o salto livre deverá ser conduzida por, no mínimo, um Mestre de Salto Livre (MSL) instrutor Accelerated Freefall (AFF) na primeira etapa da readaptação. A segunda fase da readaptação deve ser conduzida, preferencialmente, por um MSL instrutor AFF. Em caso de necessidade, e por determinação do comandante da OM, a readaptação pode ser conduzida por MSL e MSL instrutor Basic Body Flyght (BBF).

Art. 46. Para as atividades de salto livre todo salto de readaptação será realizado, preferencialmente, com o paraquedas desportivo modelo student e configurado para instrução (sistema ripcord).

Art. 47. Para o salto semiautomático a readaptação será válida desde que o paraquedista tenha cumprido os seguintes requisitos mínimos:

- I - abandono seguro da aeronave;
- II - atendimento das regras de navegação; e
- III - procedimentos de aterragem.

Art. 48. Para o salto livre a readaptação será validada desde que o paraquedista tenha cumprido os seguintes requisitos mínimos:

- I - queda livre estável, com domínio dos três eixos;
- II - falso comandamento; e
- III - atendimento das regras de navegação e pouso.

Art. 49. Para conduzir as atividades de salto semiautomático o Mestre de Salto e o Mestre de Salto Precursor poderá ficar sem realizar pelo menos um lançamento de paraquedistas por um período máximo de 180 dias para que permaneça adaptado para a atividade.

Art. 50. Para conduzir as atividades de salto livre o Mestre de Salto Livre poderá ficar sem realizar pelo menos um lançamento de paraquedistas por um período máximo de 180 dias para que permaneça adaptado para a atividade.

Art. 51. Os quadros constantes do Apêndice II sintetizam as especificidades da readaptação técnica em salto semiautomático e salto livre militar.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 52. As técnicas e procedimentos específicos das atividades de paraquedismo citadas nesta instrução serão abordadas em Norma específica de cada atividade.

Art. 53. Todas as sugestões para aperfeiçoamento da doutrina devem ser encaminhadas à Subchefia de Preparo de Operações Terrestres do COMPREP.

Art. 54. Os casos não previstos nesta Instrução serão submetidos à apreciação do Sr. Comandante de Preparo.

